

## PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

LICENÇA MUNICIPAL ÚNICA (LMU)  LMU N° 02/2025 – CLASSE I	
*Requerer renovação desta licença até 120 (cento e vinte dias) dias sem pedido tempestivo de renovação, esta será dada como extinta, pa Municipal nº 381/2018, Art. 17, inciso IX, § 5º.	
O Município de Afonso Cláudio, através da <b>Secreta</b> no uso das atribuições que lhe são conferidas atravfundamentada pela Lei Municipal nº. 2203/2017, 430/2023, expede a presente <b>LICENÇA MUNICIPA 14.457/2025</b> , que autoriza a:	vés do Capítulo II da Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, regulamentado pelo Decreto nº
PROCESSO: 14.457/2025  NOME: MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO	
CNPJ: 2	
ENDEREÇO: LIGAÇÃO DA AVENIDA ELIESER LACERDA DE FAFÁ COM A RUA MARECHAL DEODORO, CENTRO, AFONSO CLÁUDIO - ES	
ATIVIDADE: IMPLANTAÇÃO DE VIAS URBAN PRESERVAÇÃO PERMANENTE, INCLUINDO NECESSÁRIA À TRAVESSIA DE UM CORPO HÍD	PONTES E PONTILHÕES QUANDO
Esta licença é válida desde que observadas e cu verso discriminadas, bem como seus anexos, integrantes da mesma.	
Helvecio Paganini Maioli	
Secretário Municipal de	e Meio Ambiente





# PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

#### CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO:

- 1. Esta licença foi emitida com fundamento no Decreto Municipal nº 430/2023;
- 2. Esta Licença, bem como suas condicionantes, deve ficar em local visível e de fácil acesso, sendo obrigatória a apresentação da mesma sempre que solicitada;
- A contagem do prazo desta licença e das condicionantes se inicia a partir da assinatura da mesma;
- 4. Esta licença autoriza a operação da atividade de IMPLANTAÇÃO DE VIAS URBANAS COM INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, INCLUINDO PONTES E PONTILHÕES QUANDO NECESSÁRIA À TRAVESSIA DE UM CORPO HÍDRICO PONTE DOS ESTUDANTES, dentro dos pontos de coordenadas UTM Datum SIRGAS2000, zona 24K: 277.668 E / 7.778.760 S;
- 5. **Qualquer alteração** nas características, nos projetos, ampliações, nos controles ambientais da atividade ou a necessidade de novas intervenções, como movimentação de terra, deverão ser previamente comunicada à SEMMA, que se manifestará quanto à sua autorização;
- 6. Apresentar comprovante de publicação em **jornal oficial**, referente à **obtenção** desta licença. **Prazo: 30 (trinta) dias**;
- 7. Todo relatório fotográfico apresentado deverá ser **colorido**, **possuir fotos em escala compatível** para análise e todas devem possuir **coordenadas geográficas**, além de data e hora;
- 8. Apresentar relatório fotográfico com fotos aproximadas e a uma distância que contextualize e comprove a colocação de uma placa informativa, de fácil visualização e leitura, com fundo branco, nas dimensões mínimas de 1,20 x 0,80m, com o texto abaixo. **Prazo: 30 (trinta) dias;**

Nome: MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

Processo SEMMA nº 14.457/2025

Atividade: IMPLANTAÇÃO DE VIAS URBANAS COM INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, INCLUINDO PONTES E PONTILHÕES QUANDO NECESSÁRIA À TRAVESSIA DE UM CORPO HÍDRICO – PONTE DOS ESTUDANTES

Licença Municipal Única - LMU Nº. 002/2025

Telefone da SEMMA: (27) 3735-7730 - Fiscalização

- 9. Apresentar relatório descritivo e fotográfico demostrando a revegetação dos taludes de corte/aterro formados pela movimentação de terra na área de implantação da Ponte dos Estudantes. **Prazo para apresentação do relatório fotográfico (georreferenciado): 90 (noventa) dias**;
- 10. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), expedido por profissional habilitado para o acompanhamento/execução das atividades do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
- 11. Apresentar, **semestralmente**, relatório descritivo e fotográfico georreferenciado, comprovando as atividades de implementação do PRAD, bem como o monitoramento e a manutenção, até que não seja mais necessário o acompanhamento. **Prazo: 180 (cento e oitenta) dias**;
- 12. **Apresentar** relatório descritivo e fotográfico georreferenciado referente à implantação de barreiras de sedimento (siltagem/geotêxtil) no entorno da Área de Preservação Permanente (APP). **Prazo: 15** (quinze) dias após o início das obras;
- 13. Promover medidas eficazes de Controle Ambiental quanto ao aporte de sedimentos para o corpo d'água, evitando ao máximo a disposição de terra nos mesmos e implantando barreiras de físicas e outros dispositivos, caso necessários;





### PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Apresentar a anuência emitida pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), responsável pelo tratamento de água e pela coleta de esgoto do município, considerando que a companhia deve estar ciente e em conformidade com a interligação dos contêineres sanitários ao sistema de abastecimento de água e à rede de esgoto. Prazo: 30 (trinta) dias;
- 15. Realizar e apresentar o monitoramento trimestral da qualidade da água, a montante e a jusante, por empresa especializada, abrangendo parâmetros físico-químicos e biológicos durante todo o período de implantação da Ponte dos Estudantes. Prazo: primeira análise deve ser apresentada previamente ao início das obras;
- 16. Todos os materiais e insumos utilizados na obra deverão ser provenientes de fornecedores licenciados:
- 17. Armazenar e manejar os resíduos Classe I em recipientes e local identificados e adequados (local coberto, com piso impermeabilizado e estrutura estanque para os casos de resíduos líquidos);
- 18. Os resíduos passíveis de reciclagem gerados no empreendimento deverão ficar acondicionados em local adequado, e serem destinados preferencialmente à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Afonso Cláudio. Apresentar os comprovantes de destinação à Associação. Caso a empresa esteja destinando tais materiais para outro empresa/associação, deverá ser apresentado a licença ambiental da mesma. Prazo: 120 (cento e vinte) dias;
- 19. Apresentar os comprovantes de destinação dos Resíduos de Construção Civil (RCC), para aterro licenciado, bem como licença ambiental do mesmo. Prazo: Primeira apresentação em 60 (sessenta) dias;
- 20. Apresentar relatório descritivo e fotográfico, com fotos georreferenciadas, comprovando a implantação das estruturas de drenagem, conforme projetos apresentados. Prazo: Após a finalização das obras de drenagem;
- 21. A construção da implantação de vias urbanas com intervenção em Área de Preservação Permanente, incluindo pontes e pontilhões não poder provocar estrangulamento do curso d'áqua que implique em inconvenientes às propriedades localizadas a montante ou a Jusante do empreendimento;
- 22. A execução da atividade não poderá causar incômodo ao bem estar da população. Caso seja verificada a necessidade, durante todo o período de vigência desta licença, a SEMMA poderá solicitar a realização de novas adequações e melhorias que não constam desta licença;
- 23. A execução da atividade deverá ocorrer em conformidade com os projetos apresentados, deverá ser desenvolvida com segurança, de modo a promover o controle da erosão, não incorrendo em risco o regime de escoamento das águas nas áreas adjacentes, a fim de prevenir represamentos e carreamento de sedimentos para o curso d'água;
- 24. Realizar a devida sinalização da movimentação de máquinas e veículos no entorno da atividade, de forma a prevenir acidentes envolvendo pedestres e os veículos utilizados na obra;
- 25. Orientar os colaboradores da empresa contratada para realização das obras quanto às normas ambientais de execução dos serviços e quanto às condicionantes desta licença ambiental;
- 26. Os colaboradores deverão estar munidos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) compatíveis com a atividade;
- 27. Implantar medidas de controle ambientais eficazes quanto a emissões de gases e ruídos pelos equipamentos, máquinas e veículos, bem como para geração de material particulado, garantindo a eficiência necessária, sem ocasionar transtorno ao bem estar e saúde da população;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- 28. Não armazenar permanentemente qualquer resíduo gerado no processo produtivo em Área de Preservação Permanente (APP), ressalvada a permanência temporária de resíduos em APP consolidada, desde que não ocorra derramamento, vazamento ou destinação final em APP;
- 29. É vedada a queima a céu aberto de material potencialmente poluidor, conforme Decreto Estadual n° 2.299 N/1986;
- 30. Comunicar à SEMMA a ocorrência da paralisação ou encerramento das atividades. **Prazo: 15** (quinze) dias após paralisação/encerramento, e ainda atender aos seguintes critérios, conforme sua aplicabilidade:
  - a) Em caso de paralisação com o encerramento das operações a empresa deverá solicitar o arquivamento do processo e apresentar relatório de desmobilização e/ou de descaracterização da atividade, acompanhado de cronograma;
    - b) Em caso de paralisação com encerramento das operações e impossibilidade de desmobilização e/ou descaracterização da atividade deverão ser apresentadas as justificativas técnicas para análise e aprovação do referido órgão ambiental.
- 31. Esta licença refere-se apenas aos critérios ambientais da atividade em questão e não exime o seu titular da apresentação aos órgãos competentes de outros documentos legalmente exigíveis. Também não inibe ou restringe de qualquer forma a ação dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras, nem desobriga a empresa da obtenção de autorizações, anuências, laudos, certidões, certificados ou outros documentos previstos na legislação vigente, sendo de sua responsabilidade a adoção de qualquer providência nesse sentido;
- 32. Visando o bem estar da população, poderá ser exigido, a qualquer tempo, baseado em parecer técnico fundamentado, a implantação de outros controles ambientais para minimizar os impactos;
- 33. Toda documentação apresentada em atendimento às condicionantes ambientais desta licença deverá fazer referência às condicionantes a que se refere. O não cumprimento das condicionantes acima **penalizará** a empresa com a imposição das penalidades de multa e/ou interdição/embargo das atividades/obra, e ainda determinará a suspensão ou cassação da licença, conforme previsto em lei;
- 34. A constatação da operação em desacordo com as informações prestadas quando do requerimento da licença ou com as condicionantes listadas, sujeitarão seus representantes, seus responsáveis técnicos e contratados envolvidos às penalidades administrativas previstas em lei, além de serem adotadas as providências para responsabilização civil e criminal.



### PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade utilizando o identificador 3300300036003500310032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **HELVECIO PAGANINI MAIOLI** em **01/09/2025 14:35**Checksum: **710CFF9A31586AEEDA711B4D85783A990205CE54E56862607A814B90F426A6D1** 

